



Controladoria-Geral da União

Escritório de ministro da CGU atende Odebrecht; governo renegocia acordos

— Banca advocatícia montada por Vinícius Marques de Carvalho e hoje comandada por sua mulher representa a empreiteira em processo de revisão de leniência no Cade

TÁCIO LORRAN
BRASÍLIA

O escritório de advocacia do ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho, presta serviços para a Novonor, antiga Odebrecht, ao mesmo tempo que o órgão do governo federal renegocia os acordos de leniência firmados no âmbito da Operação Lava Jato.

Neste ano, o ministro da CGU sentou à mesa com advogados da Novonor e de outras sete empreiteiras para rediscutir os acordos. Publicamente, Carvalho tem dado declarações dizendo que os acordos não podem prejudicar as empresas financeiramente.

O ministro disse que está licenciado do escritório desde que assumiu o cargo no governo, no início de 2023, e evita atuar em situações que configurem conflito de interesses (mais informações nesta página).

Batizado de VMCA Advogados, sigla com as iniciais do nome do chefe da CGU, o escritório é comandado pelas advogadas Marcela Mattiuzzo, mulher de Carvalho, e Ticiania Lima. Para indicar que se desvinculou do escritório, o ministro formalizou pedido de licença da banca em 10 de janeiro de 2023, logo após tomar posse como integrante do primeiro escalão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No fim de janeiro do mesmo

ano, no entanto, Carvalho enviou à Comissão de Ética Pública uma consulta. Perguntou se poderia seguir recebendo dividendos do escritório — que tem uma carteira com mais de 130 clientes —, apesar de ter se licenciado. Ele alegou que, apesar de afastado das atividades da banca, ainda é seu “sócio patrimonial”. Portanto, gostaria de receber o aval da comissão para receber os lucros resultantes da atividade do VMCA.

DIVIDENDOS. A comissão analisou o caso e considerou que não haveria problemas no recebimento dos dividendos pelo ministro, mesmo o escritório atuando para clientes no governo. No caso da Novonor, a VMCA cuida de processo sobre acordo de leniência no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A Novonor também trata de leniência na CGU, mas, ali, não há registro de atuação do escritório.

Ética
Ministro recebeu aval da Comissão de Ética para receber dividendos, mas disse ter desistido

Procurado, Carvalho afirmou ao *Estado* que desistiu de receber qualquer dinheiro do escritório enquanto estiver no serviço público, mesmo tendo consultado a Comissão de Ética sobre o assunto. Mas não

esclareceu como os lucros do escritório estão sendo divididos atualmente, se a sua parte vai para sua mulher, se é mantida no caixa do escritório ou se é repassada a outros advogados vinculados à banca (mais informações nesta página). Como ministro da CGU, Carvalho recebe remuneração bruta mensal de R\$ 44 mil.

O VMCA Advogados atende empresas nacionais e internacionais, com faturamentos bilionários. Fundado em 2017, o escritório concentra sua atuação no Cade, órgão que foi presidido por Carvalho entre 2012 e 2016. A banca tem sede em São Paulo. Em março, foi inaugurada unidade em Brasília.

O VMCA Advogados presta serviços para a Novonor há pelo menos seis anos. O *Estado* teve acesso a seis procurações de subestabelecimento assinadas entre julho de 2018 e abril de 2021 por representantes da construtora em favor do escritório, no âmbito de inquéritos e processos no Cade e no Ministério Público Federal. Ao assumir a CGU, Carvalho, além de se licenciar do escritório, renunciou aos poderes que lhe foram outorgados pela empreiteira.

O escritório, no entanto, segue atuando para a Novonor e outras empresas. A mais recente procuração diz que o VMCA pode, inclusive, negociar acordos de leniência ou termo de compromisso de cessação em favor da empresa perante o Cade e o Ministério Público.

RAFAEL NEDDERMEYER/AG. BRASIL - 4/12/2023



Ministro da CGU é ligado a defensores de ex-Odebrecht

No dia 12 de março, advogados da Novonor e de mais sete construtoras (Andrade Gutierrez, Braskem, Camargo Correa, Coesa Engenharia, Engenix, OAS e UTC Participações) participaram de reunião na CGU para renegociar leniências. Os trabalhos foram abertos pelo ministro, que defendeu um acordo “bem-sucedido”. Em seguida, deixou o encontro, passando a ser representado pelo secretário de Itegridade, Marcelo Vianna.

REUNIÃO. Segundo dois participantes da reunião, membros da CGU indicaram que as companhias vão poder usar o prejuízo fiscal para abater valores da multa a ser paga nos acordos, como mostrou a *Coluna do Estado*. Representantes

das empresas relataram “grande disposição” da CGU em chegar a uma conciliação com as empreiteiras.

A renegociação atende a pedido do Supremo Tribunal Federal. Em 1.º de fevereiro, o ministro Dias Toffoli reconheceu um pedido da Novonor, que afirma ter sido pressionada a fechar o acordo para garantir sua sobrevivência financeira, e suspendeu o pagamento da multa, estipulada originalmente em R\$ 3,8 bilhões.

“A declaração de vontade no acordo deve ser produto de uma escolha com liberdade”, escreveu. Segundo estimativas, o valor corrigido chega a R\$ 8,5 bilhões no fim das parcelas. Em entrevista ao jornal *O Globo*, publicada no dia 4, Carvalho disse que acordos de leniência não devem ser usados para “gerar pedidos de falência”.

Em novembro, a CGU firmou cooperação técnica com o Cade, órgão em que o escritório de Carvalho possui maior atuação. A proposta do acordo é aperfeiçoar fluxos de trabalho que envolvam ações que podem ser investigadas pelas duas autoridades.

Críticos do acordo, porém, apontaram o risco de conflito de interesse e de potencial para uso de informações privilegiadas. Em nota, Carvalho disse que, “se dessa atuação conjunta surgirem processos de responsabilização de empresas, o escritório do qual estou licenciado estará impedido de atuar”. ●

Carvalho diz não atuar em decisões que impliquem conflito de interesse

BRASÍLIA

Procurada, a Controladoria-Geral da União (CGU) afirmou, em nota, que a reunião do dia 12 de março com empreiteiras da Lava Jato contou apenas com breve fala inicial do ministro Vinícius Carvalho. “A reunião não caracterizou participação no processo de renegociação e, muito menos, de tomada de decisão. A renegociação ocorre no âmbito de

processos individuais de cada empresa, sob responsabilidade de servidores públicos da Secretaria de Integridade Privada”, disse a CGU.

Também em nota, Carvalho informou que se declara impedido de tomar qualquer decisão sobre eventual homologação de mudanças no acordo de leniência da Novonor. Disse ainda que não recebe qualquer quantia referente a lucros, dividendos, honorários ou outra modalidade de remuneração

do escritório, desde que assumiu o comando da CGU.

“Mantenho-me estritamente distanciado de qualquer atividade advocatícia desde janeiro de 2023. Atendendo ao disposto pela CEP (Comissão de Ética Pública), o escritório do qual estou licenciado está inteiramente privado de qualquer atuação perante a CGU, enquanto eu permanecer à frente do órgão. Não participo de quaisquer decisões ou procedimentos internos na CGU

que possam implicar conflitos de interesse decorrentes de envolvimento de clientes do escritório do qual estou licenciado. É o caso dos processos que dizem respeito à empresa Novonor”, afirmou o ministro.

Quanto a processos de renegociação de leniências em curso por ordem do Supremo Tribunal Federal, Carvalho disse que estes são conduzidos por servidores efetivos da CGU e Advocacia-Geral de União. “Os ministros só atuam na decisão de celebração ou repactuação do acordo quando proposto pelas áreas técnicas.”

O VMCA informou que Carvalho está licenciado desde 29 de dezembro de 2022, “totalmente afastado de quaisquer

atividades envolvendo o escritório”. “O VMCA não exerce qualquer atuação perante o órgão no qual o sócio licenciado está realizando suas atividades (CGU).” A Novonor afir-

Representante
Novonor afirmou que o escritório atende a empresa apenas em assuntos ligados ao Cade

mou que o escritório atende a empresa apenas em assuntos ligados ao Cade e não se manifestou sobre eventual conflito de interesse nem sobre procuração autorizar atuação da banca no Ministério Público. ● TL

PRESTADO POR: P pressreader
PRESTADO POR: P pressreader
PRESTADO POR: P pressreader